



SER “VERDE” COMO NECESSIDADE DE SOBREVIVÊNCIA NO MERCADO: PANORAMA DA GESTÃO AMBIENTAL EM EMPRESAS ALAGOANAS.

José Jenivaldo de M. Irmão¹, Andrea Gomes Santana de Melo², Hélio Lazarini³, Lydayanne Lilás de M. Nobre⁴

¹ Doutorando em Ciências Sociais - Instituto Federal de Alagoas (IFAL). e-mail: zeno@ifal.edu.br

² Mestra em Saúde e Ambiente - Universidade Federal do Piauí (UFPI). e-mail: andrea_al@bol.com.br

³ Mestre em Saúde e Ambiente - Universidade Tiradentes (UNIT). e-mail: heliolazarini@ibeste.com.br

⁴ Mestranda em Dinâmicas do Espaço Habitado - Universidade Federal de Alagoas (UFAL). e-mail: lydayanne@hotmail.com

Resumo: A universalização da degradação suscitou o aparecimento de teorias de proteção ambiental e conflitos de interesses entre preservacionistas e as representações do sistema produtivo, em virtude das dificuldades impostas pelas empresas para internalizar as suas externalidades negativas de forma eficiente. O panorama é modificado com o surgimento de uma gama de legislações ambientais no Brasil, exigindo novas condutas de gestão empresarial. São inquietações que se aplicam ao setor empresarial alagoano com atividades historicamente degradantes, motivando esta pesquisa cujo objetivo é identificar o perfil dos processos de gestão ambiental das principais empresas industriais e de serviços no tocante a internalização dos custos ambientais entre 2007 a 2010. Para tanto, se procedeu a um levantamento bibliográfico, seguindo-se de coleta de dados através da aplicação de questionário fechado com estabelecimentos de abrangência multinacional, nacional e local. Os dados indicam que a mudança de postura em primeiro lugar visou atender a legislação ambiental, entretanto na sequência passou a ser um elemento para agregar valor à empresa, através de melhoria da imagem junto aos clientes interno e externos, fornecedores, instituições de financiamento e órgãos fiscalizadores, além da redução de custos de produção e desperdício. Assim, constatou-se que a inserção da variável ambiental nos programas de gestão das empresas alagoanas é imprescindível para a sua competitividade e lucratividade, além de ditar o crescimento ou estagnação no médio e longo prazo.

Palavras-chave: Ambiente, Desenvolvimento, Gestão

1. INTRODUÇÃO

A implantação dos diversos modelos de crescimento econômico no plano global tem conduzido os recursos naturais a uma rota de degradação afetando a fauna, a flora, o ar, o solo e a água, associados à atual baixa capacidade de assimilação de resíduos pela natureza, face aos volumes crescentes e às características cada vez mais nocivas dos refugos produzidos pelo sistema produtivo. Os danos ambientais são recorrentes tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, decorrentes de taxas crescentes de urbanização e de industrialização.

A universalização da degradação suscitou o aparecimento de teorias de proteção ambiental e conflitos de interesses entre preservacionistas e as representações do sistema produtivo, em virtude das dificuldades impostas pelas empresas para internalizar as suas externalidades negativas de forma eficiente, sempre alegando que as ações poderiam impedir o crescimento de mercado e diminuição nas margens de lucros empresariais.

Na visão de Macneill (1992, p.16) “O mundo avançou agora da interdependência econômica para interdependência ecológica – e até, para além desta, para um entrelaçamento de ambas”. Enquanto prevalecer a busca incessante da acumulação de capital com sua visão acessória do meio ambiente, certamente a expansão da economia global e sua demanda por novos bens e serviços no mercado, aumentarão a pressão sobre os ecossistemas locais e globais.

Estas discussões conduziram à realização de eventos internacionais importantes, assim como à tentativa de formulação de ideias e conceitos referentes a um outro estilo de desenvolvimento, tal como o ecodesenvolvimento e concepção de desenvolvimento sustentável que lhe sucedeu (SACHS, 2000). São eventos e concepções banalizados nos últimos anos, mas que merecem ser apresentados sumariamente, a seguir, pela importância que representam na construção de um outro paradigma.



Em 1972, a Organização das Nações Unidas – ONU promoveu uma Conferência mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, inserindo, definitivamente, na agenda internacional o debate sobre crescimento econômico versus meio ambiente. Em 1973, lançou o conceito de ecodesenvolvimento, com princípios de cuidados ambientais, a solidariedade com as gerações futuras, a elaboração de um sistema social justo e a eficiência econômica. O seminário de Cocoyok, no México em 1974, movido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA propiciou o avanço das discussões sobre o ecodesenvolvimento e relacionou em sua declaração final, a pobreza com a explosão demográfica e o aumento da destruição desenfreada dos recursos naturais.

No ano de 1987, foi apresentado o relatório Brundtland, que definia o desenvolvimento sustentável como aquele “que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. A Eco-1992 mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta, sendo produzidos importantes documentos – como a Agenda 21 e a Carta da Terra. No ano de 2002 em Johannesburgo na África do Sul, realizou-se a Rio+10 onde os atores governamentais dos países ricos e pobres, deveriam realizar mesas de negociações no propósito de constituir estratégias para implantar as diretrizes da Agenda 21, porém o encontro não obteve êxito.

A Rio+20 realizada no Rio de Janeiro em 2012 tentou reafirmar que a atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apóia a ideia do desenvolvimento. Os resultados destas reuniões internacionais e suas várias propostas mostraram poucas consequências efetivas a nível global, mas suscitaram ações em diversos setores da sociedade, inclusive mudanças nos processos de gestão da produção empresarial.

Neste contexto, concomitante as diversas reuniões mundiais, começam a surgir uma gama de legislações ambientais no Brasil, exigindo novas condutas de gestão empresarial, onde as empresas passaram a instituir auditorias e programas de controle ambiental e perceberam que o gasto com proteção ambiental poderia ser um investimento e não meramente um custo, tornando-se uma vantagem competitiva, com a captação dos ditos consumidores verde, além de melhorar a imagem perante a sociedade.

São inquietações que se aplicam ao setor empresarial algoano com atividades historicamente degradantes, motivando esta pesquisa cujo objetivo é identificar o perfil dos processos de gestão ambiental das principais empresas industriais e de serviços no tocante a internalização dos custos ambientais entre 2007 e 2010.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A natureza da pesquisa é qualitativa e foi desenvolvida nos estabelecimentos industriais e de serviços localizados nos municípios de Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo (microrregião de Maceió) São Miguel dos Campos e Coruripe (microrregião Litoral Sul) no Estado de Alagoas, detentores de intensa atividade econômica (Figura 01).



Figura 1- Localização dos municípios objeto da pesquisa e suas respectivas microrregiões no Estado de Alagoas.

Fonte: ALAGOAS – SEPLANDE, 2010.



A característica da microrregião de Maceió onde se localiza três municípios analisados na pesquisa, inclusive a capital, apresenta vasta plantação de cana-de-açúcar, com suas usinas e destilarias; distrito industrial diversificado (Figura 02), como a cadeia produtiva da química e do plástico; aeroporto internacional, porto de Maceió com transações de exportação e importação para mercado interno e externo; proximidade com lagoas e mar refletindo-se na produção de pescado e atividade turística; além de intenso setor de serviços e comércio. A microrregião do Litoral Sul (também denominada de São Miguel dos Campos) com dois municípios analisados tem uma multinacional na área de cimentos, mas sua base é a economia especializada na agroindústria do açúcar e álcool, e os demais setores são dependentes dele (LINS, 2006).



Fonte: Google Earth - 2012



Fonte: www.tudoglobal.com/files/2010/07/Polo-Industrial-de-Marechal-Deodoro

Figura 2. (A) Imagem área do distrito industrial do município de Maceió e (B) Polo industrial do município de Marechal Deodoro - AL

A amostra foi intencional tendo como critério de seleção das unidades o grau de participação no mercado em seu segmento, perfil do impacto ambiental da atividade produtiva e aceitação em disponibilizar informações. Para tanto, se procedeu a um levantamento bibliográfico, seguindo-se de coleta de dados através da aplicação de questionário fechado com dez perguntas aos gestores ambientais, versando sobre ações ambientais em seu processo produtivo, entre 2007 e 2010, perfazendo treze estabelecimentos consultados, de abrangência multinacional, nacional e local, sendo oito no ramo industrial nos setores de: bebida, agroindústria, construção e petroquímica e cinco no ramo de serviços nos setores de: revenda de combustíveis e derivados e transporte de cargas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Aspectos da inserção da variável ambiental nos setores produtivos de Alagoas

O Estado de Alagoas passou por um relativo processo de industrialização a partir das iniciativas do Governo Federal para diminuir as desigualdades inter-regionais entre Nordeste e Sudeste. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) colocou em prática uma estratégia de políticas de desenvolvimento e investimento regionais que conseguiram atrair nos anos 1960, 1970 e 1980 indústrias através de incentivos fiscais como o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, em setores de extrativismo mineral, metalúrgica, mecânica, têxtil, bebidas, produtos alimentares, entre outras.

Os dados da SUDENE (2000) demonstram que na década de 1970 e 1980, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas alcançou média superior ao Nordeste e Brasil, principalmente devido aos investimentos da fase anterior e ao Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL.



Entretanto nos anos 1990 passou por uma fase de estagnação e declínio, onde atualmente predominam as indústrias de açúcar e álcool, cimento, alimentícia, química e tecidos.

Assim, a atividade econômica implantada historicamente em Alagoas, foi marcada por monoculturas e latifúndios no setor agrícola e setores industriais poluentes, depredadores de recursos naturais e pouco preocupados com o bem-estar dos seus trabalhadores, consideradas indústrias sujas e de risco, que adotavam processos de gestão com uma visão estreita e centrada nos lucros, necessitando de recursos públicos para obter competitividade.

Nas últimas décadas, com diversos choques políticos e econômicos em nível mundial, ocasionando reestruturação do padrão de financiamento internacional, mudança nas relações do comércio exterior, fortalecimento de blocos econômicos, expansão do capital produtivo por meio de privatizações e concessões, além de forte campanha pela preservação de recursos naturais, seja por motivos ecológicos ou estratégicos para manter suprimento de matérias-primas, o setor empresarial precisou modificar seu perfil de gestão e relação com o mercado.

O Estado passa a não ser mais o fiel protetor do setor empresarial e sim um agente regulador, implantando políticas como a do poluidor-pagador, que monetarizando as questões ambientais, implica em dispêndios para os agentes poluidores, em prol dos prejudicados, correspondendo, embora de forma imperfeita, aos custos sociais. Assim era inevitável a mudança de postura, com planos de ações voltados a sustentabilidade e valorização da sociedade sejam clientes, fornecedores e trabalhadores.

Em Alagoas as empresas de maior porte começam estruturar mudanças da gestão empresarial para ambiental com a revisão das operações de controle ambiental nas emissões externas, integração do controle ambiental nos processos industriais e integração administrativa. Além de submeterem os mesmo a auditorias ambientais, possibilitando um olhar crítico do processo e diagnosticar situações potenciais de problemas. Além disso, tiveram que atender a exigência legal para programar suas unidades produtivas através dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA).

3.2 A gestão ambiental na perspectiva do setor industrial

No ano de 2006, os dados da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) relatam a existência de 3.340 unidades industriais, com a geração de 72.903 empregos diretos. Sendo 1.041 (31,15%) localizadas no município de Maceió e 2.299 (68,85%) nos demais 101 municípios do Estado. Deste universo foram selecionadas para pesquisa e passaram por entrevistas os empreendimentos englobando cimento, petroquímica, alimentos e agroindústrias, historicamente geradoras de impactos ambientais significativos em cinco municípios da região metropolitana e adjacente.

Os dados obtidos das entrevistas no setor industrial demonstram que todas as unidades têm resultantes dos seus processos produtivos rejeitos impactantes no ambiente, onde 75% apresentam efluentes sanitários, emissões atmosféricas e resíduos sólidos não perigosos e 25% têm resíduos sólidos perigosos e ruídos, sendo necessário ações de controle ambiental, seja por força da lei ou visão de sustentabilidade empresarial.

A questão ambiental é uma variável inserida nos seus programas de gestão, não necessariamente como elemento prioritário, mas 85% declaram que suas ações de prevenção são de reciclagem e constituição de estações de tratamento e 15% em esforços para reduzir o consumo de energia e água no processo produtivo.

A ausência de amplitude nas ações é justificada por 50% das unidades industriais devido ao custo elevado dos equipamentos ambientais e mão-de-obra especializada para tocarem os projetos, mas para 30% é a falta de informações sobre as legislações e os demais 20% alegam dificuldade para obtenção de financiamento.

As unidades produtivas afirmam ter tomado iniciativas de investimento na área ambiental devido ao rigor da legislação ambiental e a fiscalização dos órgãos normatizadores, mas que investem acima do preconizado e em parceria com instituições da sociedade civil. Dentre as inversões ressalta-se a realização de treinamento dos recursos humanos, mecanismo de desenvolvimento limpo, compra



de equipamentos, obtenção e renovação de licenças ambientais e setor de marketing voltado à valorização da imagem “verde” da empresa.

A maioria das unidades industriais - 80%, já obtiveram o licenciamento ambiental e as outras 20% estão apenas aguardando o resultado do processo. Mas um dado é preocupante, 50% tiveram que assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público Estadual, demonstrando que ações de comando e controle exercidas pelos órgãos fiscalizadores a fim de corrigir distorções no processo produtivo é um elemento de incentivo a preservação, por mais que os empresários prefiram os instrumentos públicos de incentivos econômicos.

Os dados indicam que a mudança de postura em primeiro lugar visou atender a legislação ambiental, entretanto passou a ser um elemento para agregar valor à empresa, através de melhoria da imagem da empresa junto aos clientes interno e externos, fornecedores, instituições de financiamento e órgãos fiscalizadores, além da redução de custos de produção e desperdício.

Na visão de Donaire (1999) os setores industriais que possuem consequências poluidoras em seu processo produtivo que conseguirem restringir seus impactos atinge grande crescimento, apoiando-se em investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento, usando tecnologias limpas, economizadoras de energia, purificação das águas e manejo e reaproveitamento de resíduos.

3.3 A gestão ambiental na perspectiva do setor de serviços

O setor de serviços do Estado de Alagoas, relacionados à revenda, segundo IBGE (2010) apresenta 14.155 unidades, sendo selecionadas para pesquisa e passaram por entrevistas os empreendimentos englobando revenda de combustíveis e derivados e transporte de cargas. Apesar de menor risco de impacto ambiental quando comparado ao industrial, os mesmos não podem ser desconsiderado por envolver armazenamento e manipulação de combustíveis e seus derivados, produzindo efluentes sanitários e resíduos sólidos não perigosos. Todavia 60% não apresentaram nenhuma ação de prevenção ambiental e 40% afirmam realizar disposição adequada de resíduos.

A justificativa dada para um percentual de 60% de empresas que não apresentaram ações ambientais deve-se ao não recebimento de orientações sobre a legislação ambiental e para 40% dos entrevistados que o custo para realizar treinamento, aquisição de equipamento e contratação de especialistas é inviável para o porte dos seus negócios.

A destinação de recursos a título de investimento ambiental só foi realizada por 40% das empresas e apenas em um item: treinamento de pessoal e 60% não realizaram nenhuma ação e não tem pretensão no curto prazo, pois até a data da pesquisa não tinham recebido fiscalização e a questão do licenciamento poderia ficar para um segundo momento e qualquer iniciativa a ser implementada seria para atender as exigências legais.

4. CONCLUSÕES

Na atualidade a inserção da variável ambiental nos programas de gestão das empresas é imprescindível para a sua competitividade e lucratividade, além de ditar o crescimento ou estagnação no médio e longo prazos.

O contexto retratado no trabalho demonstra que as grandes empresas do setor industrial alagoano passaram ao longo dos últimos anos a adotar controles ambientais nos processos produtivos, seja devido às exigências da fiscalização, clientes corporativos ou consumidores finais “verdes”, mas que ainda precisam ser aperfeiçoadas haja visto o levado número de Termos de Ajustamento de Condutas impostos pelos órgãos governamentais.

No tocante ao setor de serviços, apesar de terem consciência que suas atividades podem causar impacto ambiental, não existe uma preocupação no curto prazo e nem expectativas de utilizarem ações de controle ou preservação como elemento estratégico de marketing ou redução de custo, socializando com a comunidade o passivo ambiental.

Assim, não há uma modificação de mentalidade empresarial economicista para sustentável, preconizando alterações organizacionais, mas apenas adequações as exigências do mercado, tornando-se “verde” para manter acumulação de capital.



AGRADECIMENTOS

As empresas que disponibilizaram informações para este trabalho.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas**. Maceió: SEPLANDE. n. 17, 2010

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2 ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. **Cadastro das indústrias instaladas em Alagoas**. Maceió: FIEA, 2006. Disponível em: http://www.fiea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=172: fiea-inicia-cadastro-das-industrias-instaladas-em-alagoas&catid=35: noticias&Itemid=96. Acesso em: 18 fev. 2011

IBGE. **Empresas do setor de serviços de revenda Alagoas**. Rio de Janeiro: Diretoria de pesquisas. Pesquisa Anual de Comércio 2010.

LINS, Stefani Brito (Coord.). **Enciclopédia municípios de Alagoas**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

MACNEILL, Jim (org.). **Para além da interdependência: o entrosamento entre a economia mundial e a ecologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SUDENE. **Boletim conjuntural: Nordeste do Brasil**. Recife: SUDENE, n. 07, 2000.